



INFORME ORÇAMENTAL: EDUCAÇÃO
MOÇAMBIQUE 2019

PRINCIPAIS MENSAGENS

1

Em Março de 2019, Moçambique foi atingido pelo mortífero ciclone Idai, que deixou mais de 1,5 milhão de pessoas necessitadas, entre as quais um milhão de crianças. O Governo de Moçambique declarou uma emergência nacional devido aos efeitos do ciclone; O Conselho de Ministros decidiu realizar uma Avaliação Pós-Danos e das Necessidades, que contou com o apoio do Banco Mundial, da União Europeia e das Nações Unidas. Embora esteja em discussão a possibilidade de uma revisão do Orçamento do Estado e do Plano Económico e Social, o Governo realocou os gastos de baixa prioridade para a resposta de emergência e a comunidade internacional tem mobilizado recursos para ajudar Moçambique a preencher a lacuna financeira causada pela emergência.

2

No Orçamento do Estado de 2019 – que é implementado no momento em que este informe é elaborado – foi atribuído ao Sector da Educação o valor de 56,7 mil milhões de Meticais (MT), representando a maior dotação nominal de sempre ao sector. Em termos reais, a alocação de 2019 para a educação encontra-se no mesmo nível dos últimos três anos. Em termos proporcionais, o orçamento do Sector da Educação representa 16,6 por cento de todo o Orçamento do Estado de 2019, ou 21,5 por cento do Orçamento do Estado menos as operações financeiras e o serviço da dívida, sendo que ambos revelam uma diminuição relativamente a 2018. Como percentagem do PIB, o orçamento do Sector da Educação vale 5,9 por cento, o que equivale ao peso do ano passado.

3

O Governo demonstrou um crescente compromisso de autofinanciar o Sector da Educação, uma vez que os recursos internos aumentaram de um peso de 70 por cento em 2008 para um peso orçamental de 90 por cento em 2019. O peso orçamental interno seria maior se não fosse pela depreciação da moeda nacional, que começou em 2016 em relação às moedas dos doadores.

4

O rácio despesa de investimento por funcionamento do Sector da Educação está orçamentado em 12/88 por cento em 2019. O peso do investimento no orçamento do sector diminuiu consideravelmente em relação ao ano transacto, e ainda mais em relação a uma década atrás. Isto deve-se a dois factores principais: (i) a redução do financiamento dos investimentos dos doadores; (ii) o rápido crescimento da despesa de funcionamento, particularmente na componente salários e remunerações.

5

Através da Lei 18/2018 do Sistema Nacional de Educação, o Governo deu um primeiro passo para a reforma do ensino pré-primário, reconhecendo-o como um subsistema do Sector da Educação. Apesar de um aumento notável ao longo do tempo nos gastos públicos destinados à Educação na Primeira Infância (EPI), a grande lacuna em termos de infra-estrutura pré-primária e as necessidades específicas da EPI em Moçambique exigirão grandes dotações orçamentais.

6

O Sector da Educação atingiu todas as suas metas do Plano Económico e Social (PES) referentes a 2018. Não obstante, e tendo 6 em conta os objectivos fixados no PES de 2019 e os resultados acumulados referentes aos anos 2015-2018, alguns objectivos do Programa Quinquenal do Governo (PQG) de 2019 relacionados com a educação poderão não ser atingidos até o final deste ano.

Favor notar: Toda a análise foi levada a cabo com informação disponível ao público. Nos casos em que foram registadas limitações, são feitas notas no texto. Existem algumas pequenas discrepâncias entre os totais apresentados em Informes Orçamentais anteriores e os apresentados na edição de 2018. Quando as fontes de dados foram actualizadas, o UNICEF reviu os seus cálculos. Os pontos de vista manifestados no presente informe são os do autor e não representam necessariamente os do UNICEF Moçambique e os seus parceiros.



PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Para além de aumentar o número de professores (ou seja, salários e remunerações), existe uma maior necessidade de investimentos destinados a aumentar a qualidade e a eficiência do sector, melhorando as qualificações e a responsabilização dos professores, bem como garantindo uma melhor distribuição geográfica dos professores.

O Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE) poderia servir como uma plataforma para apoiar não apenas a expansão deste subsector, mas também toda a estrutura envolvente, que inclui a legislação, o capital humano, e outros. Contudo, também são necessários aumentos nas dotações internas à EPI.



Introdução

O Orçamento do Estado e o Plano Económico e Social de 2019 foram aprovados pela Assembleia da República a 29 de Novembro de 2018; o Orçamento do Estado foi então promulgado pelo Presidente da República no dia 14 de Dezembro, publicado como Lei 15/2018 a 29 de Dezembro e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2019. O orçamento aprovado corresponde a 340 mil milhões de MT, o que é consistente com a proposta orçamental inicial apresentada no dia 29 de Setembro de 2018 pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF).

Em resposta ao estado de emergência causado pelo ciclone IDAI, que fustigou Moçambique em Março, o Governo de Moçambique declarou uma emergência nacional e solicitou assistência técnica do Grupo do Banco Mundial, da União Europeia e das Nações Unidas para levar a cabo uma Avaliação Pós-Danos e das Necessidades em apoio ao processo de recuperação. O ciclone tropical IDAI, de categoria quatro, atingiu a cidade de Beira, na província de Sofala, em 14 de Março, produzindo ventos fortes e chuvas torrenciais que afectaram as províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Inhambane e mais de 1,5 milhões de pessoas, das quais cerca

quais cerca de 1 milhão de crianças² (Ver a **Caixa 1**). Face ao impacto devastador do ciclone, o Governo de Moçambique declarou no dia 19 de Março uma emergência nacional e o Conselho de Ministros decidiu em 27 de Março realizar uma avaliação de necessidades com o apoio do Banco Mundial, da UE e da ONU. De acordo com a Avaliação Pós-Danos e das Necessidades, os danos causados pelo IDAI são estimados em mais de US\$ 1,4 mil milhões, reflectindo o custo de reposição de infra-estrutura e de activos físicos³. No momento em que este informe é elaborado, está a ser analisada pelo Governo uma revisão do Orçamento do Estado e do Plano Económico e Social (PES).

A comunidade internacional tem mobilizado recursos para ajudar Moçambique a lidar com o défice de financiamento causado pela emergência nacional. O Apelo Urgente (Flash Appeal) das Nações Unidas em resposta ao ciclone Idai apresenta uma necessidade de financiamento de US\$ 281,7 milhões para cobrir os primeiros três meses da resposta em apoio às pessoas necessitadas das áreas afectadas.⁴ Como parte do Apelo Urgente da ONU, o UNICEF solicitou US\$ 102,6 milhões para satisfazer as necessidades humanitárias das populações afectadas pelo ciclone e apoiar a fase de recuperação (Ver a **Caixa 2** sobre a resposta à emergência do UNICEF no Sector da Educação). O Banco Mundial aprovou US\$ 350 milhões da ua Janela de Resposta à Crise (Crisis

CAIXA 1 Efeitos do Ciclone Idai

- 1,5 milhão de pessoas necessitadas
- 1 milhão de crianças necessitadas
- 237.789 famílias desalojadas
- 382.717 estudantes afectados
- 9.616 professores afectados
- 4.219 salas de aulas destruídas
- 1.372 escolas afectadas

CAIXA 2 Actividades de emergência com o apoio do UNICEF em curso no sector de Educação

- salas de aulas temporárias (i.e. tendas escolares) e espaços amigos da criança nas comunidades afectadas;
- materiais de ensino e aprendizagem nas escolas destruídas;
- desinfectantes/materiais de limpeza para as escolas de modo a prevenir a cólera;
- apoio às Direcções Provinciais de Educação na realocação e retorno das famílias desalojadas que ficaram nos centros temporários de acomodação baseados nas escolas.

Fonte: República de Moçambique, Avaliação Pós-Danos e das Necessidades (PDNA) – CicloneTropical IDAI, Moçambique, Maio de 2019.

Fonte: República de Moçambique, Avaliação Pós-Danos e das Necessidades (PDNA) – CicloneTropical IDAI, Moçambique, Maio de 2019.

² República de Moçambique, Avaliação Pós-Danos e das Necessidades (PDNA) – CicloneTropical IDAI, Moçambique, Maio de 2019.

³ Ibid.

⁴ World Bank Group, Press Release No.2019/074/AFR. World Bank scales up emergency support for Mozambique, Malawi, and Zimbabwe in the Wake of Cyclone Idai, 3 May 2019. Available at <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/05/03/world-bank-scales-up-emergency-support-for-mozambique-malawi-and-zimbabwe-in-the-wake-of-cyclone-idai>

Response Window) para restabelecer o abastecimento de água, reconstruir infra-estruturas públicas danificadas e apoiar a prevenção de doenças, a segurança alimentar, a protecção social e os sistemas de aviso prévio nas comunidades afectadas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou uma assistência de facilidade de crédito rápido de US\$ 118,2 milhões para fazer face aos grandes défices de financiamento externo e orçamental, os quais são decorrentes das necessidades de reconstrução.⁵ Com efeito, embora o Governo de Moçambique esteja a realocar os gastos de prioridade mais baixa para a ajuda à emergência, a margem de manobra é limitada; é provável que a comunidade internacional ajude a cobrir a maior parte das

necessidades da ajuda à emergência e reconstrução. Espera-se que o orçamento revisto tenha um peso maior de financiamento externo do que o orçamento actual, principalmente na forma de subsídios para garantir a sustentabilidade da dívida. Possivelmente, o orçamento do Sector da Educação irá sofrer revisões significativas de dotações internas e de recursos externos – particularmente através do fundo comum do FASE – com vista a permitir uma resposta à emergência (ou seja, estabelecer espaços de aprendizagem temporários) e a reconstrução (reabilitação de escolas, distribuição de material escolar, etc.) nas comunidades afectadas.



1. Como se Define o Sector da Educação?

O Sector da Educação é composto por dois subsectores: “Ensino Geral”, administrado pelo MINEDH, e “Ensino Técnico Profissional e Ensino Superior”, sob a responsabilidade do MCTESTP. Conforme a definição da Direcção Nacional de Planificação e Orçamento (DNPO), o Sector da Educação está dividido em duas categorias: Ensino Geral e Ensino Superior. O Ensino Geral, que é administrado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), inclui o ensino pré-primário, o ensino primário (EP1 e EP2), a formação de professores para o ensino primário, o ensino secundário (ESG1 e ESG2), o ensino à distância, bibliotecas escolares e a administração do sector do ensino geral. O Ensino Superior, administrado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP), é constituído por universidades, institutos de ensino superior, institutos de formação de professores, bolsas de estudo, além do ensino técnico profissional (ETP).⁶ As instituições do sector funcionam a nível do governo central, provincial e distrital, mas não a nível municipal. O MINEDH e o MCTESTP supervisionam o sector nos níveis centrais; as Direcções Provinciais de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH) e as Direcções Provinciais de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (DPCTESTP) gerem o sector a nível provincial; e os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) a nível distrital. No entanto, vale a pena mencionar que a composição sectorial acima descrita está a ser alterada pela Lei 18/2018 do Sistema Nacional de Educação (SNE), aprovada em 28 de

Dezembro de 2018. De acordo com a Lei do SNS, o Sistema Nacional de Educação será composto por seis subsistemas, cada um com objectivos específicos e direccionado a diferentes grupos de alunos: (i) Ensino Pré-Escolar; (ii) Ensino Geral; (iii) Educação de Adultos; (iv) Ensino Profissional; (v) Ensino e Formação de Professores; (iv) Ensino Superior.

A Educação é um dos sectores sociais que pertencem à área prioritária do capital social e humano na agenda do Governo moçambicano para o desenvolvimento nacional. O plano e orçamento do Sector da Educação são orientados pelo Plano Estratégico da Educação (PEE) 2012-2019.⁷ O PEE prioriza (i) o acesso ao ensino primário de qualidade e (ii) uma maior atenção ao desenvolvimento da primeira infância. Além das duas prioridades principais, a estratégia da Educação também enfatiza o ensino pós-primário para o desenvolvimento económico; a diversificação do currículo escolar; a introdução de tecnologia no ensino; a boa governação dos recursos educacionais; e uma melhor gestão das instituições de ensino e sistemas de educação a nível distrital.⁸ Quando o PEE foi alargado do período de implementação inicial de 2012-2016 para 2012-2019, foi com a finalidade específica de “melhorar o aproveitamento do ensino primário a curto e médio prazos”. Para este efeito, o sector aprovou um plano operacional (2015-2018).



2. Que Tendências Emergem do Orçamento da Educação?

A análise apresentada neste Informe Orçamental baseia-se na dotação destinada ao Sector da Educação no Orçamento do Estado para 2019, que no momento da elaboração do presente informe foi implementado em quase metade do ano e é comparável às dotações dos anos anteriores ao sector. No entanto, caixas de texto ao longo deste Informe explicam os desafios do sector resultantes da emergência, bem como as mudanças contínuas nas dotações e actividades do sector para atender

às necessidades de emergência. O UNICEF Moçambique irá realizar uma análise separada do orçamento de emergência a nível sectorial, caso seja aprovada uma revisão do Orçamento do Estado.

O presente relatório leva em consideração três tipos distintos de dotações para analisar as tendências da despesa pública: (i) “dotação inicial”, que se refere às dotações orçamentais aprovadas pela

⁵ Comunicado de imprensa do FMI N° 13/121, de 19 de Abril de 2019. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2019/04/19/pr19121-republic-mozambique-imf-exec-board-ap-proves-rapid-credit-facility-assistance-cyclone-idai>

⁶ Todas as instituições pertencentes ao subsector do Ensino Geral são controladas através do Código 50 da Unidade de Gestão de Beneficiários (UGB) em documentos orçamentais e de despesas, enquanto as pertencentes ao ensino superior são controladas através do código 52 da UGB

⁷ O período de implementação do PEE foi inicialmente 2012-2016; no entanto, em 2016, o período de implementação foi estendido até 2019.

⁸ MINEDH. Plano Estratégico de Educação (PEE) 2012-2016. Página 35.

Assembleia da República na Lei do Orçamento; (ii) “dotação actualizada”, que se refere às dotações orçamentais do fim do ano fiscal ajustadas às receitas reais, prioridades do governo ajustadas, níveis de execução, etc. e (iii) “realização”, que se refere ao valor do orçamento que é gasto.

O presente relatório leva em consideração três tipos distintos de dotações para analisar as tendências da despesa pública: (i) “dotação

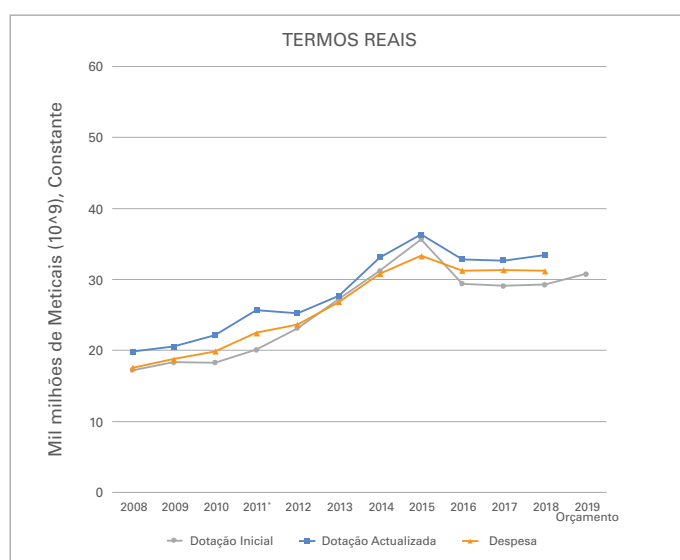
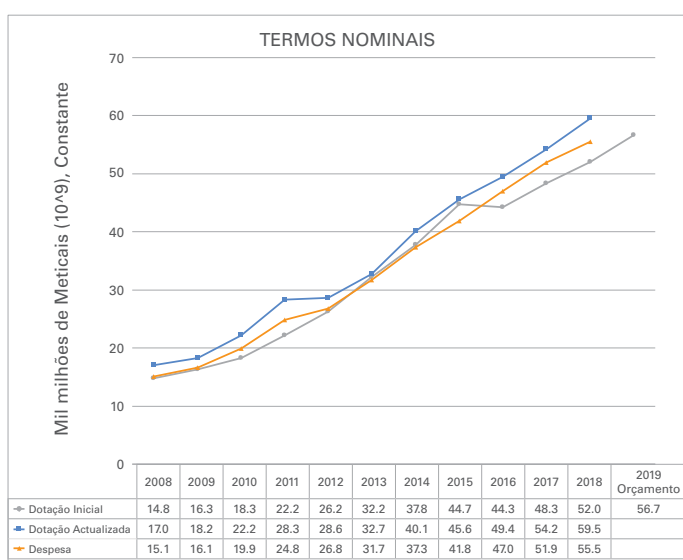
inicial”, que se refere às dotações orçamentais aprovadas pela Assembleia da República na Lei do Orçamento; (ii) “dotação actualizada”, que se refere às dotações orçamentais do fim do ano fiscal ajustadas às receitas reais, prioridades do governo ajustadas, níveis de execução, etc. e (iii) “realização”, que se refere ao valor do orçamento que é gasto.

2.1 Total do Orçamento do Sector da Educação

Foram atribuídos ao Sector da Educação 56,7 mil milhões de MT (US\$ 930,4 milhões⁹) no Orçamento do Estado de 2019, representando a maior dotação nominal de sempre para o sector (ver a Figura 1A e B). A dotação inicial de 2019 revela um aumento de 9 por cento e um aumento em termos reais de 2 por cento relativamente ao orçamento de 2018. Em comparação com as despesas do Sector da Educação de 2017, a dotação inicial de 2019 ao sector indica um aumento de 17 por cento

em termos nominais e um aumento de 3 por cento em termos reais. Historicamente, a dotação inicial de 2019 para a educação é a maior dotação nominal para o sector, considerando que está em igualdade de condições com a de 2016, 2017 e 2018 em termos reais. Entre 2008 e 2018, a despesa apresentou uma variação da dotação inicial num valor não superior a uma média de mil milhões de MT, ou cerca de 3 por cento do valor total do sector. Assim, com base nas taxas de execução

FIGURA 1A e B Orçamento e Despesa do Sector da Educação



Fonte: Cálculos do autor, baseados na CGE 2008-2017, REO IV 2018, LOE 2019

Nota: Os valores correspondem a todo o Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). Para o ano de 2011, a CGE apresenta uma despesa do sector na ordem de 14.7 mil milhões de MT. Contudo, quando revistos os valores de 2011, incluindo as despesas dos SDEJT, observou-se um total de 24.8 mil milhões de MT. O valor revisto passa a ser usado como sendo a despesa do sector em 2011. No momento em que se produzia este informe, a CGE de 2018 ainda não estava disponível; com isso, é provável que a despesa do sector, em relação ao ano de 2018, se eleve. Enquanto os anos de 2008 a 2018 apresentam despesas, o ano de 2019 refere-se à Dotação Inicial.

do sector – e ao contrário de outros sectores sociais – prevê-se que a despesa da Educação esteja bem alinhada com a sua dotação inicial.

A dotação inicial para o orçamento do Sector da Educação corresponde a 16,6 por cento do total do Orçamento do Estado de 2019, ou 21,5 por cento do Orçamento do Estado menos as operações financeiras e o serviço da dívida (ver a Figura 2A)¹⁰. Na última década, o crescimento real das despesas do Governo superou o crescimento real das despesas com a educação. Com efeito, entre 2008 e 2014, o peso do Sector da Educação no total da despesa do Governo foi de 21,7 por cento em 2008 para 16,4 por cento em 2014; mais tarde, em 2015 e 2016, o peso do sector aumentou para 20,9 e 21,3 por cento, respectivamente; reduziu para 17,7 por cento em 2017 e 18,3 por cento em 2018. Por último, está orçamentado em 16,6 por cento em 2019, o que o levará de volta ao valor de 2014.

O orçamento do Sector da Educação representa 5,9 por cento da projecção do PIB. Este valor corresponde ao peso da despesa da educação de 2018 em relação ao PIB (ver a Figura 2B). Entre 2008 e 2015, o crescimento real da despesa da educação ultrapassou o crescimento real do PIB, enquanto desde 2015, o crescimento real do PIB superou o crescimento real da despesa do sector. Com efeito, enquanto o peso do sector no PIB aumentou, reduziu desde 2015 e em 2019 está orçado no mesmo valor que no ano passado.

Moçambique gasta mais na educação, como percentagem do total da despesa do Governo e do PIB, comparativamente à média dos seus pares regionais e em termos de renda (ver a Figura 2A e B). Entre 2008 e 2018, a despesa da educação em Moçambique teve um peso médio de 19,1 por cento na despesa total do Governo (ou 22,6 por cento do peso da despesa do Governo menos operações financeiras

⁹ Cálculo do autor com base na média da taxa de câmbio de 2018 na altura da elaboração do presente relatório, 1 USD = 60.9 Meticais.

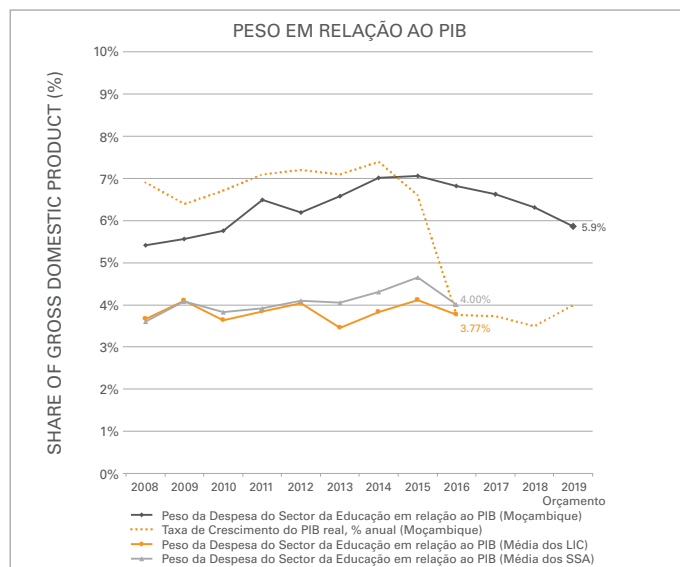
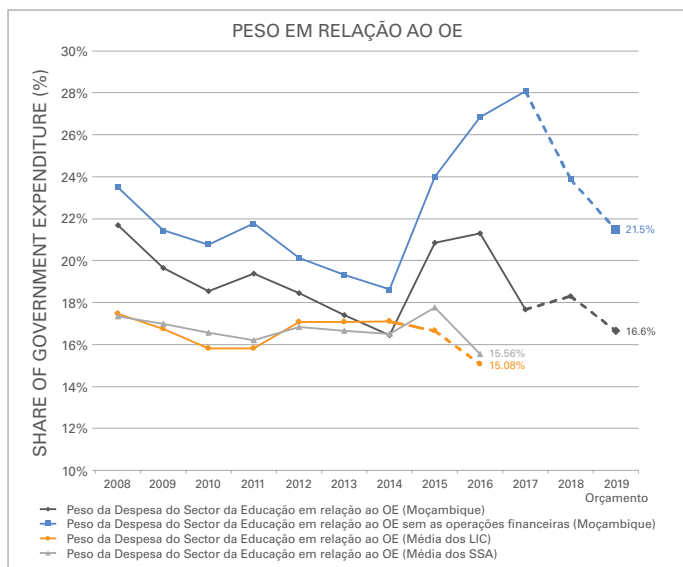
¹⁰ Podem ser utilizadas duas metodologias para calcular o peso do sector: (i) com todo o Orçamento do Estado ou despesa do Governo no denominador ou (ii) com todo o Orçamento do Estado ou despesa do Governo menos operações financeiras e serviço da dívida no denominador. O Governo de Moçambique aplica o último método. Porém, este relatório também usa o primeiro método, já que é mais preciso ter como ponto de referência os países da mesma região e renda.

e serviço da dívida) e um peso de 6,3 por cento do PIB. A despesa do sector da educação nos Países de Baixa Renda (LIC) e nos países da África Subsaariana (SSA) tiveram uma média de 16,5 por cento e 16,7 por cento da despesa do Governo, respectivamente. Isto corresponde a aproximadamente 2,5 pontos percentuais menos que o peso de

Moçambique. Como proporção do PIB, a despesa do sector nos Países de Baixa Renda e da SSA registaram uma média de 3,8 por cento e 4,1 por cento, respectivamente, sendo ambos um peso consideravelmente menor do que em Moçambique¹¹.

FIGURA 2A e B

Tendências do Peso do Orçamento do Sector da Educação em relação ao OE e ao PIB



Fonte: Cálculos do autor com base na CGE 2008-2017; REO 2018; LEO 2019. Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial: Despesa do governo com educação, total (% da despesa do governo); Despesa do Governo na Educação, total (% do PIB).

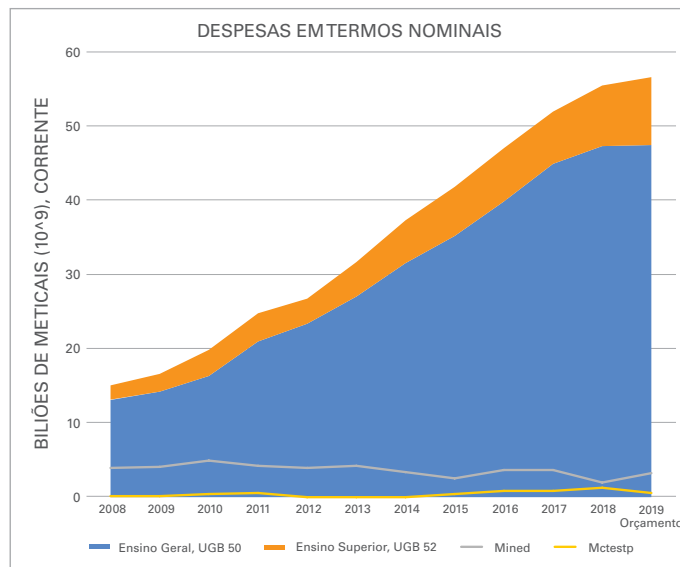
Nota: Os valores representam os totais do Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior). Médias de LIC e SSA referem-se apenas a países com informação disponível. No momento em que se produzia este informe, a CGE de 2018 ainda não estava disponível; com isso, é provável que a despesa do sector, em relação ao ano de 2018, se eleve. Enquanto os anos de 2008 a 2018 apresentam despesas. Os valores de 2019 referem-se à Dotação Inicial.

2.2 Orçamento do Ensino Geral versus do Ensino Superior

A dotação de 2019 destinada ao Ensino Geral corresponde à despesa de 2018, enquanto para o Ensino Superior representa um aumento em relação à execução do ano passado (ver a Figura 3). Em 2019, o Ensino Geral (ou seja, o ensino primário e secundário) deverá receber 47,5 mil milhões de MT do orçamento. Embora isto represente um aumento de 12 por cento em relação à dotação inicial de 2018, corresponde à despesa de 2018. O Ensino Superior (ou seja, o ensino terciário e ETV) deverá receber 9,2 mil milhões de MT este ano, o que representa uma redução de 4 por cento em relação à dotação inicial do ano transacto, mas um aumento de 13 por cento relativamente à despesa real. No entanto, as dotações em termos reais referentes a 2019 para os dois subsectores estão no mesmo nível que no ano passado. De uma perspectiva histórica, os dois subsectores expandiram notavelmente entre 2008 e hoje, mas a execução do Ensino Superior aumentou a um ritmo mais acelerado. Com efeito, enquanto os gastos nominais do Ensino Geral aumentaram de 13 mil milhões de MT em 2008 para 47,5 mil milhões de MT (ou mais de 250 por cento), as dotações nominais para o Ensino Superior cresceram de forma consistente de 1,9 mil milhões de MT em 2008 para 9,2 mil milhões de MT actualmente (ou seja, em 370 por cento). Os aumentos reais nos dois subsectores foram menores, mas ainda assim 68 por cento e 120 por cento, respectivamente.

O rácio do ensino geral por ensino superior é de 84 por cento: 16 por cento no Orçamento de 2019, valor que corresponde ao rácio médio da última década (ver a Figura 3). Durante a última década, o Ensino Geral e o Ensino Superior apresentaram uma média de 85 por cento e 15 por cento do total da execução do Sector de Educação,

FIGURA 3 Ensino Geral e Ensino Superior



Fonte: Cálculos do autor, baseados na CGE 2008-2017, REO IV 2018, LOE 2019

Nota: No momento em que se produzia este informe, a CGE de 2018 ainda não estava disponível; com isso, é provável que a despesa do sector, em relação ao ano de 2018, se eleve. Enquanto os anos de 2008 a 2018 apresentam despesas, o ano de 2019 refere-se à Dotação Inicial.

respectivamente. A variação registada no peso do subsector ao longo do tempo não foi superior a 3 pontos percentuais.

¹¹ Os últimos dados disponíveis sobre o peso do Sector da Educação nos gastos do governo e o peso do Sector da Educação no PIB nos PBR e SSA dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial são de 2016. O autor calculou médias para os PBR e SSA cobrindo os anos 2008 a 2016.



3. De Onde Provêm os Recursos do Sector da Educação?

O Sector da Educação em Moçambique é financiado por recursos internos (isto é, nacionais) e externos (isto é, estrangeiros). Os recursos internos são mobilizados a nível nacional através da cobrança de impostos, tarifas, direitos e crédito interno.¹² Por outro lado, os recursos externos são constituídos por ajuda externa¹³, doações e crédito externo. Dois tipos de recursos externos financiam o Sector da Educação: (a) as “Contribuições do FASE”, que são financiamentos dos parceiros de desenvolvimento ao Fundo de Apoio ao Sector da Educação de vários doadores e (b) os “Fundos de Projectos Bilaterais”, que são todas as outras subvenções e créditos de parceiros não canalizados através do FASE¹⁴.

No Sector da Educação, os recursos são orçamentados com uma periodicidade quinquenal através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), de acordo com as prioridades definidas no PEE e no Plano Operacional; posteriormente são re-orçamentados nas propostas orçamentais do sector para um único ano, em conformidade com o PES proposto. A proposta de orçamento da educação e a secção da proposta do PES referente à educação são posteriormente negociadas com o Conselho de Ministros e o Ministério da Economia e Finanças (MEF) antes de serem submetidas ao Parlamento. O Parlamento aprova os recursos do Sector da Educação como parte da sua aprovação do Orçamento do Estado; depois disso, as instituições do sector utilizam os recursos de acordo com o seu Plano de Actividades (PdA) anual.

3.1 Recursos Obtidos Internamente versus Externamente

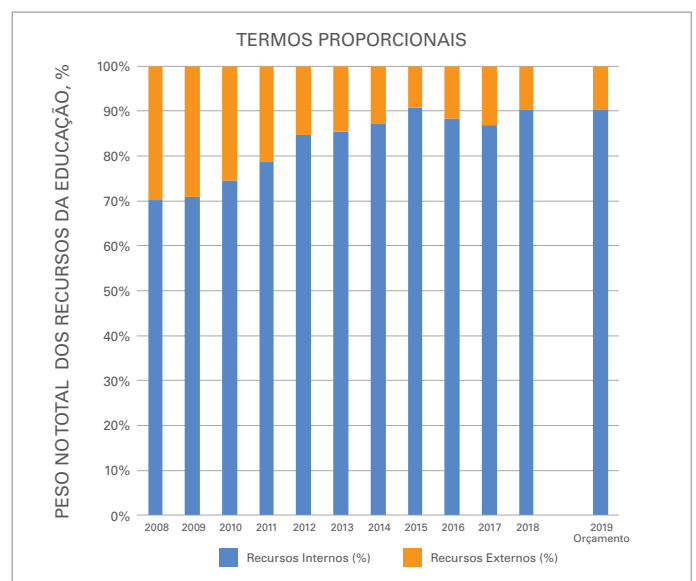
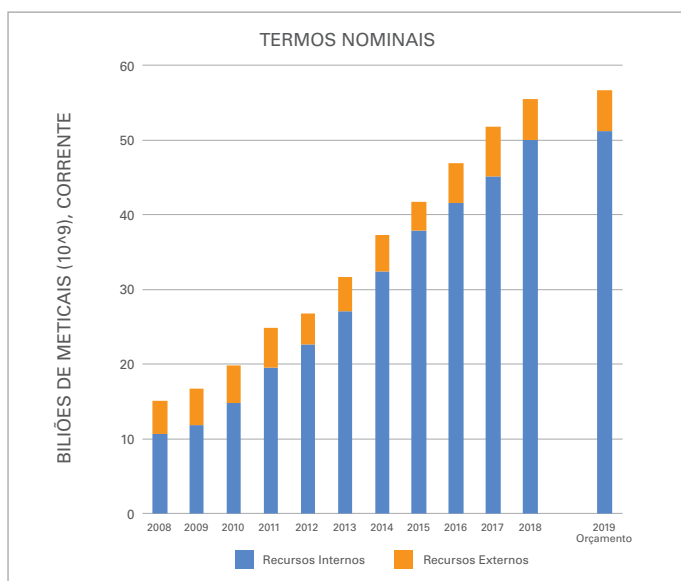
O Apoio Geral ao Orçamento, que era uma fonte consistente de financiamento ao Sector da Educação, continua suspenso em 2019.

As contribuições do AGO ao Orçamento do Estado antes de 2016 – altura em que o AGO foi suspenso em resposta à crise financeira do país – foram superiores a 10 mil milhões de MT. Esta suspensão continuou em 2019 e o défice nos recursos orçamentais devido à suspensão do AGO foi parcialmente suprido pelo governo através de um maior endividamento.

O orçamento do Sector da Educação de 2019 é financiado em 90 por cento através de recursos internos e 10 por cento através de recursos externos, o que sinaliza uma notável autoconfiança no Sector da Educação (ver a Figura 4A e B). O peso do financiamento interno à Educação aumentou a um ritmo constante ao longo dos anos, de 70 por cento em 2008 para 91 por cento em 2015. Posteriormente, devido ao aumento do financiamento proveniente de doadores externos

a nível provincial e distrital, o rácio de recursos internos por externos diminuiu para 87 por cento (recursos internos) por 13 por cento (recursos externos). Não obstante, a despesa do sector referente a 2018 foi financiada internamente em 90 por cento. O rácio externo de 90 por cento por interno de 10 por cento é confirmado no orçamento de 2019. O peso interno seria maior se não fosse pela depreciação da moeda nacional, que começou em 2016, em relação às moedas dos doadores. Com efeito, enquanto em termos nominais as contribuições externas para o sector aumentaram em aproximadamente 20 por cento entre 2008 e 2019, em termos reais, elas diminuíram em 44 por cento no mesmo período. Embora os doadores tenham progressivamente contribuído menos na sua própria moeda, foi mais em termos do MT devido à depreciação da moeda moçambicana (i.e. uma doação de US\$ 1 em 2008 valia aproximadamente 24 MT, enquanto vale cerca de 61 MT em 2019).

FIGURA 4A e B Provisão de recursos internos vs externos



Fonte: Cálculos do autor, com base na CGE 2008-2017; REO IV 2018; LOE 2019: Quadro “Equilíbrio Orçamental”.

Nota: O peso foi calculado com base no total do OE, incluindo as operações financeiras e o serviço da dívida. O valor correspondente à educação equivale a todo o orçamento do sector (Ensino Geral e Ensino Superior)

¹² Os recursos internos foram complementados até 2015 pelo Apoio Geral ao Orçamento (AGO), que deixou de ser reservado, mas condicionou os subsídios ao Orçamento do Estado fornecidos por um grupo de parceiros de desenvolvimento.

¹³ Excluindo o Apoio Geral ao Orçamento.

¹⁴ Ver o Informe Orçamental de 2018 para obter mais detalhes sobre como as contribuições do FASE e os Fundos dos Projectos Bilaterais são geridos

3.2 Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE)

Os compromissos do FASE para 2019 valem 7,1 m de MT m (ver a Figura 5). Na última década, os compromissos do FASE foram em média de 4,8 milhões de MT, enquanto a média da execução foi de 3,6 m de MT. Os compromissos dos doadores do Sector da Educação através do FASE aumentaram consistentemente nos últimos três anos, culminando no Orçamento de 2019. De facto, espera-se que o FASE contribua com 7.1 milhões de MT para a Educação, o que representa um aumento de 32 por cento em relação ao compromisso de 2018 e um aumento em mais de 90 por cento em relação à execução de 2018. É importante mencionar que os desembolsos dos doadores no âmbito do FASE raramente corresponderam aos compromissos na última década. Isto dificulta a capacidade do Sector da Educação de planificar efectivamente quando nem todos os recursos são recebidos.



© Adobestock/ davideb89



4. Como São Gastos os Recursos do Sector da Educação?

O Ministério da Economia e Finanças faz a dotação inicial através da CUT a cada instituição de ensino da Unidade de Gestão de Beneficiários e posteriormente actualiza a dotação com base nas taxas de Execução do Orçamento e nos recursos disponíveis (dotação actualizada). As instituições controlam a execução através do e-SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), que disponibiliza Relatórios de Execução do Orçamento (REO) trimestralmente e a Conta Geral do

4.1 Despesa Corrente vs. de Investimento

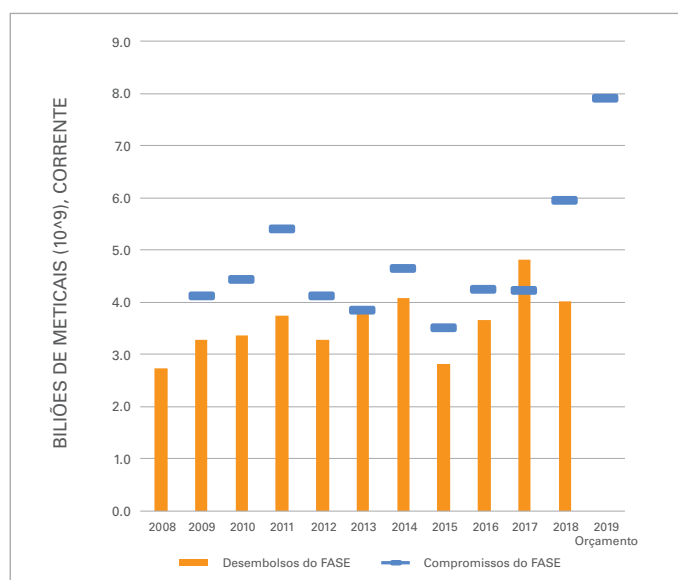
A despesa pública é classificada em documentos oficiais (ou seja, Lei do Orçamento do Estado, Relatórios de Despesas, etc.) em duas categorias diferentes: de Funcionamento e de Investimento. A despesa de funcionamento inclui gastos com salários/remunerações, bens e serviços, custos operacionais, transferências e operações financeiras. A despesa de investimento (ou seja, gastos de capital) visa melhorar a produtividade e a eficiência a longo prazo do sector (ou seja, construção de escolas, bibliotecas, mais salas de aula, etc.)¹⁶.

O rácio despesa de investimento por despesa de funcionamento no orçamento do Sector da Educação em 2019 é de 12 por cento: 88 por cento, que é consideravelmente menor do que há uma década, apesar do crescimento nominal das despesas de investimento (ver a Figura 6A e B). O Sector da Educação deverá receber um orçamento de 49,7 mil milhões de MT para a despesa de funcionamento e 7 mil milhões de MT para despesas de investimento, em termos nominais. Na última década, a despesa

¹⁵ Na qualidade de parceiro do FASE, o UNICEF tem acesso a estes relatórios.

¹⁶ Em Moçambique, a despesa de funcionamento é exclusivamente financiada através de recursos internos, enquanto o investimento é financiado tanto interna como externamente. Deve notar-se que nos documentos de orçamento e despesa moçambicanos, todo o financiamento externo é registado no orçamento como "investimento externo" quando, de facto, pode ter uma parte destinada a funções de funcionamento.

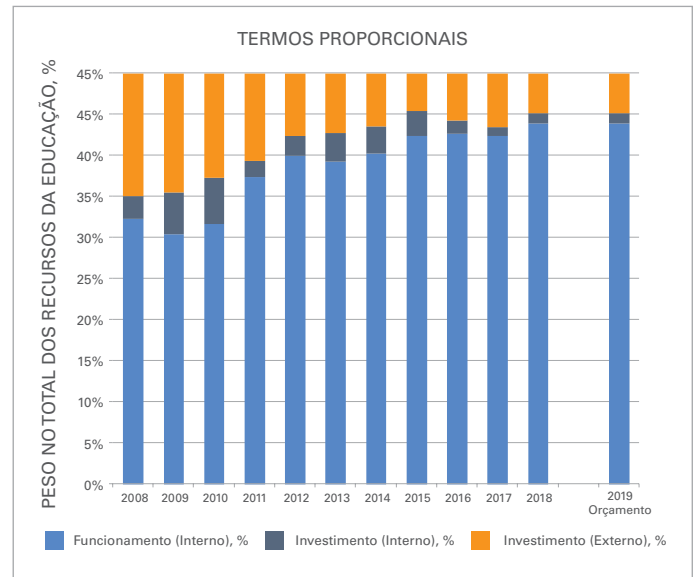
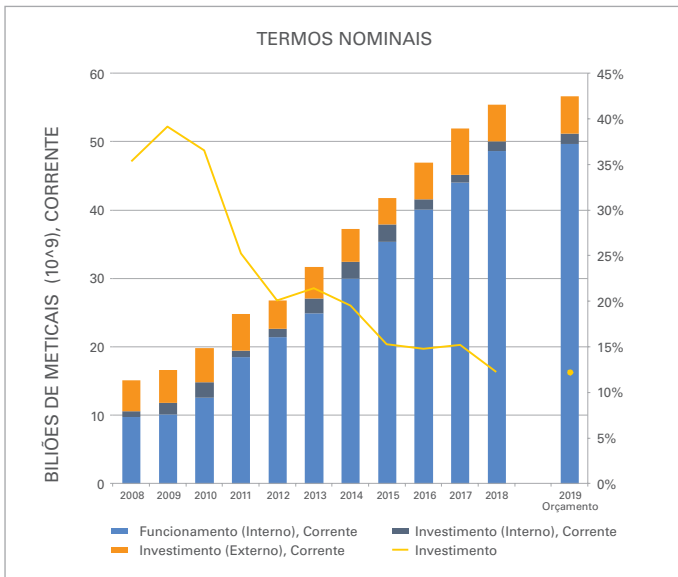
FIGURA 5 Compromissos e Desembolsos do FASE



Fonte: Cálculos do autor com base na CGE 2008-2017; REO IV 2018; LEO 2019 e PdA Revisto do MINEDH 2019

Estado (CGE) anualmente. O Sector da Educação também produz relatórios financeiros trimestrais do FASE ou Relatórios Financeiros Intermediários não auditados, que fornecem detalhes sobre os recursos do FASE.¹⁵ Neste relatório, o orçamento da educação para 2019 será analisado a partir das três perspectivas a seguir: (i) despesa de funcionamento versus de investimento; (ii) por instituição de ensino; (iii) por área funcional (isto é, programática).

de funcionamento aumentou em mais de 400 por cento em termos nominais e mais de 130 por cento em termos reais. Por outro lado, a despesa de investimento aumentou 78 por cento em termos nominais, mas diminuiu 17 por cento em termos reais. Em termos proporcionais, 88 por cento dos recursos do sector são dedicados a fins de funcionamento, enquanto apenas 12 por cento são para fins de investimento. Em 2008, a despesa de funcionamento foi de 65 por cento dos recursos, enquanto a de investimento foi de 35 por cento. Além disso, os doadores têm sido cada vez mais responsáveis pelos investimentos do sector de educação. Este facto é confirmado em 2019, pois 83 por cento do investimento orçado é financiado externamente, enquanto apenas 7 por cento no mercado interno. Em suma, o peso proporcional do investimento diminuiu apesar do crescimento nominal por duas razões principais: (i) o valor real do financiamento de investimento de doadores diminuiu e (ii) a parte reservada para fins de funcionamento está a crescer a um ritmo muito mais acelerado do que a parte reservada ao investimento.



Fonte: Cálculos do autor, baseados na CGE 2008-2017, REO IV 2018, LEO 2019
Nota: Os valores correspondem ao total do Sector da Educação (i.e. Ensino Geral e Ensino Superior)

4.1.1 Investimento

A aquisição e distribuição de carteiras escolares é o maior investimento no orçamento da educação de 2019 (ver a Tabela 1). O Governo de Moçambique planeou adquirir e distribuir 224.775 carteiras escolares em 2019, o que corresponde a um investimento de MT 1,3 mil milhões, totalmente financiado internamente. A distribuição de livros escolares é o segundo maior programa de investimentos previsto para 2019, e é financiado quase na sua totalidade pelos doadores.

4.1.2 Corrente

Os salários e remunerações constituem a maior percentagem da despesa corrente e o total da execução da educação (ver a Figura 7). Nos últimos quatro anos, os salários e remunerações valerem uma média de 79 por cento do total dos gastos do sector. Embora seja típico dos sistemas educacionais ter uma grande despesa de funcionamento, a preocupação em relação a Moçambique é que esta despesa aumentou constantemente, em particular a componente de salários e remunerações, que passou de um peso de 75 por cento em 2015 para 81 por cento em 2018 e 2019. Esta situação tem estado a excluir outros investimentos públicos relevantes na educação, que são necessários para melhorar a qualidade e a eficiência do sector. A título de exemplo, além de aumentar o número de professores (isto é, salários e remunerações), regista-se uma maior necessidade de investimentos com vista a melhorar as qualificações dos professores, melhorar a distribuição geográfica e aumentar a responsabilização dos professores.

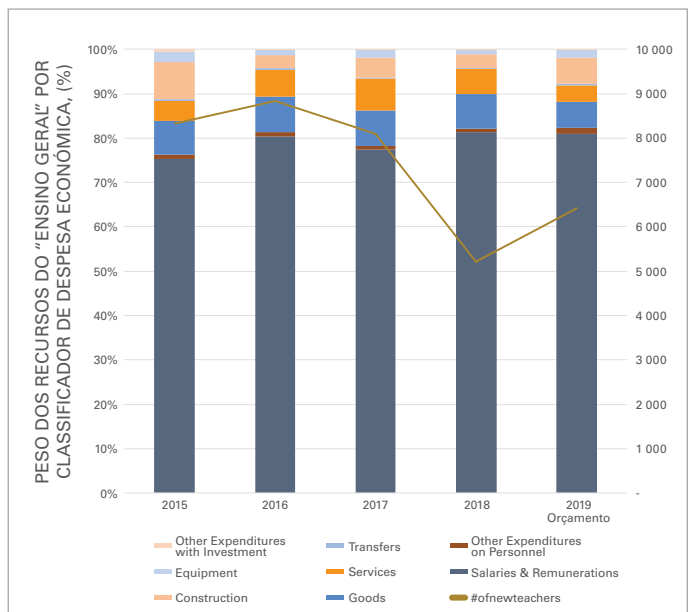
O número de novos professores contratados em 2019 é maior que no ano passado, mas abaixo da média dos anos anteriores. Enquanto nos últimos anos foi contratada uma média de 8.400 novos professores todos os anos, de acordo com o Plano de Actividades 2019 para o Sector de Educação, serão contratados este ano 6.413 novos professores¹⁷. Embora abaixo da média do sector, este valor representa um aumento de 23 por cento em relação às novas contratações do ano passado.

TABELA 1 Os Principais Investimentos do Sector da Educação

Os Principais Investimentos do Sector da Educação			
Actividade	Investimento Interno	Investimento Externo	Investimento Total
Aquisição e distribuição de carteiras escolares	1 304	-	1 304
Distribuição do livro escolar	3	1 118	1 121
Construção de salas de aulas	270	444	715
Programa do Ensino Pré-escolar - projecto piloto	-	253	253
Reabilitação de escolas técnicas	-	179	179

Fonte: Compilação do autor, com base no PES 2019 - ficheiro providenciado pelo MEF

FIGURA 7 Peso dos Recursos por categoria de classificação económica



Fonte: Compilação do autor, com base no PdA 2018 e PdA 2019, MINEDH.
Nota: O peso é baseado somente no valor correspondente ao "Ensino Geral". Os valores correspondentes a 2015-2019 representam orçamento e não despesa.

¹⁷ Deve-se notar que a maioria dos professores contratados em 2019 e 2018 são para o ensino primário.

4.2 Despesa por Instituição de Ensino

A parte do financiamento do Ensino Geral destinada aos serviços distritais de educação (SDEJT) voltou a aumentar no orçamento de 2019 (ver a Figura 8). A parte dos recursos destinados aos SDEJT, que representa o Ministério ao nível distrital, aumentou de 44 por cento em 2015 para 70 por cento este ano. Entretanto, a parte dos recursos do sector alocada às DPEDH diminuiu de 24 por cento em 2015 para 13 por cento em 2019 e a parte dos recursos alocados ao MINEDH reduziu para metade, ou seja, de 12 por cento para 6 por cento. As alocações para outras instituições do ensino geral de nível central (por exemplo, Instituto de Línguas, Ensino à Distância, etc.) reduziram colectivamente no mesmo período de tempo. Estas tendências mostram que a descentralização aconteceu dos níveis central e provincial para o nível distrital.

A grande redução do financiamento do MINEDH tem duas razões fundamentais: (i) a desconcentração de outras instituições do Sector da Educação do orçamento do próprio MINEDH e (ii) a redução do financiamento de doadores externos para o sector, em particular a nível central, que é habitualmente canalizado através do Ministério. Esta segunda razão não implica necessariamente que os doadores tenham reduzido o financiamento ao sector na mesma proporção que a redução do financiamento externo ao MINEDH; pelo contrário, após a divulgação das dívidas ocultas em 2016, os doadores têm estado recentemente a aplicar modalidades de financiamento alternativas que não estão inscritas no orçamento do MINEDH e não são canalizadas através da Conta Única do Tesouro (CUT).¹⁸



FIGURA 9 Distribuição de recursos por área funcional

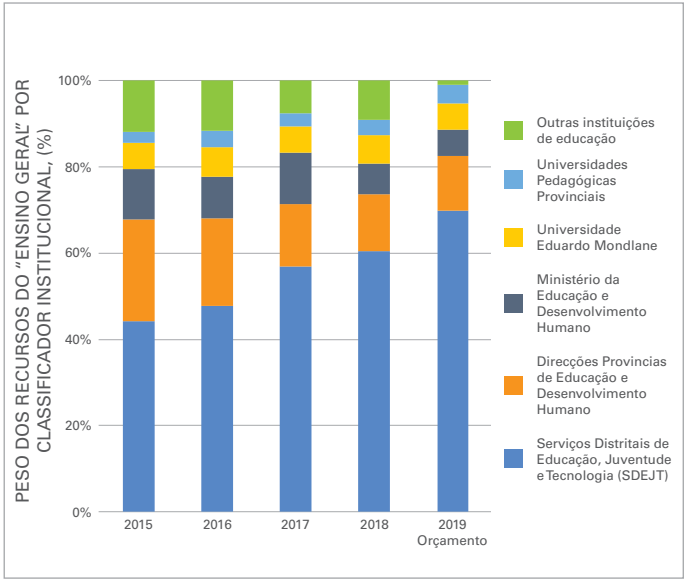


Fonte: MINEDH, PdA 2015 - 2019

Nota: O peso é baseado somente no valor correspondente ao "Ensino Geral". Todos os valores de 2015-2019 representam o orçamento.

¹⁸ Ver o Informe Orçamental da Educação 2018.

FIGURA 8 Percentagem de recursos por instituição



Fonte: Compilação do autor, com base na CGE 2015-2017, REO IV 2018, LOE 2019

Nota: O peso é baseado somente no valor correspondente ao "Ensino Geral".

4.3 Despesa por Área Funcional

Mais de 60 por cento dos recursos destinados à educação orçamentados em 2019 destinam-se ao ensino primário e pré-primário (ver a Figura 9). Embora nos últimos cinco anos o Ensino Básico (incluindo o pré-primário) tenha recebido, em média, metade do total de recursos destinados ao Ensino Geral, prevê-se que receba do orçamento cerca de 63 por cento dos recursos do sector este ano. Mais especificamente, 53 por cento serão destinados ao ensino primário e 11 por cento ao ensino pré-primário. Vale a pena notar que este é o primeiro ano em que o ensino pré-primário recebe uma parte tão grande do orçamento destinado ao ensino geral. (Ver a Caixa 3 sobre os gastos da EPI). A Administração e Desenvolvimento Institucional também registaram um aumento na dotação, passando de 16 por cento para 22 por cento. Por outro lado, a parte dos gastos da educação destinada ao ensino médio caiu de 29 por cento no ano passado para apenas 12 por cento no orçamento de 2019; e os gastos da formação técnica profissional reduziram de 3 por cento para 1 por cento.

As Caixas 4 e 5 descrevem as actividades de prontidão para emergências incluídas no Programa de Actividades da Educação (PdA), aprovado antes do IDAI, e a revisão para responder a esta emergência, respectivamente.

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definiram a Meta 4.2 para garantir que até 2030 “todas as raparigas e rapazes tenham acesso a um desenvolvimento da primeira infância, cuidados e ensino pré-primário de qualidade, para que estejam preparados para o ensino primário”. A inclusão da Educação na Primeira Infância (EPI) nos ODS representa o reconhecimento da sua importância para as crianças devido aos seus benefícios significativos de longo prazo, tais como a melhoria da preparação escolar, melhor retenção escolar e melhor aproveitamento. A Meta 4.2 também representa um apelo para que os governos se comprometam com a acção política e mais financiamento, a fim de garantir o ensino pré-primário para todos.

Em Moçambique, as crianças em idade pré-escolar (3-5) são cerca de 2,9 milhões, ou 19 por cento da população em idade escolar (UNESCO), mas estima-se que apenas 4-6 por cento das crianças tenham acesso ao ensino pré-primário (UNICEF). Com efeito, o actual nível de infra-estrutura pré-primária não é suficiente para atingir o objectivo do MINEDH de fornecer um mínimo de um ano de ensino pré-escolar antes da primeira classe do ensino primário (EP1). No momento em que este artigo foi escrito, a rede de EPI é composta por escolas públicas, privadas e comunitárias: (i) 12 centros infantis públicos, sob a tutela do MGCAS; 608 centros privados; 397 creches comunitárias, geridas por ONG; 350 creches comunitárias construídas no âmbito do projecto-piloto DICIPE, financiado pelo Banco Mundial; e 45 escolas usadas no Verão para um programa pré-primário acelerado (USAID).

Através da Lei 18/2018 do Sistema Nacional de Educação, o Governo deu o primeiro passo rumo à reforma do ensino pré-primário, reconhecendo-o como um subsistema dentro do sector da Educação. O Artigo 10 da Lei 18/2018 define quatro objectivos para o ensino pré-primário: (i) estimular o desenvolvimento psicológico, físico e intelectual da criança; (ii) contribuir para a formação da personalidade da criança; (iii) integrar a criança num processo positivo de socialização que favoreça o pleno desenvolvimento das suas aptidões e habilidades; (iv) contribuir para a preparação escolar da criança.

No entanto, a frequência do ensino pré-escolar não é obrigatória e não influencia o acesso ao ensino primário. De acordo com o artigo 22, os currículos da educação, incluindo o da EPI, são nacionais e aprovados pelo MINEDH. Porém, no momento em que este informe foi elaborado, ainda não tinha sido desenvolvido um currículo nacional da EPI..

O Governo comprometeu-se também com três projectos-piloto da EPI, nomeadamente: (i) projecto-piloto DICIPE – financiado através de um empréstimo de 40 milhões de dólares – para construir e operacionalizar 350 creches comunitárias em cinco províncias; (ii) o programa Preparação Escolar Acelerada, que compreende os serviços de preparação para a escola de Verão para alunos do ensino pré-primário e a educação parental, para apoiar a aprendizagem das crianças em casa. (iii) Projecto DPI Gaza (implementado pela Save the Children). No entanto, o subsector ainda não possui uma política nacional e um plano estratégico orçamentado para o ensino pré-primário com metas, indicadores e cronogramas específicos do sector.

Apesar de um aumento notável ao longo do tempo nos gastos públicos destinados à EPI, garantir um maior acesso ao ensino pré-primário em Moçambique exigirá maiores dotações do orçamento nacional ao subsector. As despesas nominais do ensino pré-primário aumentaram consideravelmente, de 42 milhões de MT em 2009 para 1,1 mil milhões em 2017 (últimos dados disponíveis). Como percentagem do total dos gastos da Educação, os recursos destinados à EPI valiam 0,23% em 2009, oscilaram até 2012 e depois aumentaram num ritmo constante, atingindo os 2,36% em 2017.

Ainda assim, a grande lacuna de infra-estrutura, bem como as necessidades específicas da EPI em Moçambique (ou seja, reorganização institucional, formação de professores, currículo nacional, etc.) exigirão grandes dotações orçamentais. O FASE poderia servir de plataforma para a obtenção de mais financiamento para a EPI, embora também sejam necessários mais recursos internos.



CAIXA 4

Actividades de Prontidão para Emergências para a Educação inicialmente previstas para 2019 (antes do IDAI)

A primeira versão do Programa de Actividades da Educação 2019 do MINEDH incluiu cerca de MT 550 m para actividades de prontidão e resposta a emergências, a nível central que incluíram, entre outras: (i) a construção e reabilitação de salas de aula em zonas afectadas por emergências; (ii) assistência técnica para a reabilitação pós-emergência; (iii) desenho e aquisição de materiais informativos sobre salvaguardas ambientais e sociais no projecto-piloto de emergência; (iv) gestão do risco de desastres naturais a nível das escolas através do fornecimento de kits escolares de emergência e pré-posicionamento de unidades móveis; (v) apoio aos SDEJT de maior risco (ou seja, Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado e Niassa) na divulgação e implementação dos manuais escolares de emergência.

CAIXA 5

Revisão do Programa de Actividades da Educação após o Ciclone IDAI

O Programa de Actividades foi revisto pelo MINEDH em resposta ao ciclone IDAI e às inundações que se seguiram. As principais mudanças a nível central foram as seguintes: (a) foram canceladas actividades de baixa prioridade da educação, no valor de cerca de MT 500 m; (b) foram ajustadas actividades do sector no valor de cerca de MT 100 m; (c) foram aprovadas novas actividades no valor de MT 1,8 mil milhões, das quais cerca de MT 900 m (ou USD 15 m) para responder às primeiras necessidades de emergência nas zonas afectadas. As alocações de resposta de emergência destinam-se à aquisição e distribuição de material e livros escolares, kits dos professores, kits de higiene, carteiras, tendas para servirem de salas de aula, kits de ferramentas de emergência para alunos e professores, apoio psicossocial pós-emergência, etc. No momento em que este informe foi produzido, são esperadas grandes mudanças nas províncias mais afectadas de Manica, Sofala, Tete e Zambézia.

Source: MINEDH, 2019 PdA, first version.

Source: MINEDH, 2019 PdA, revised version.



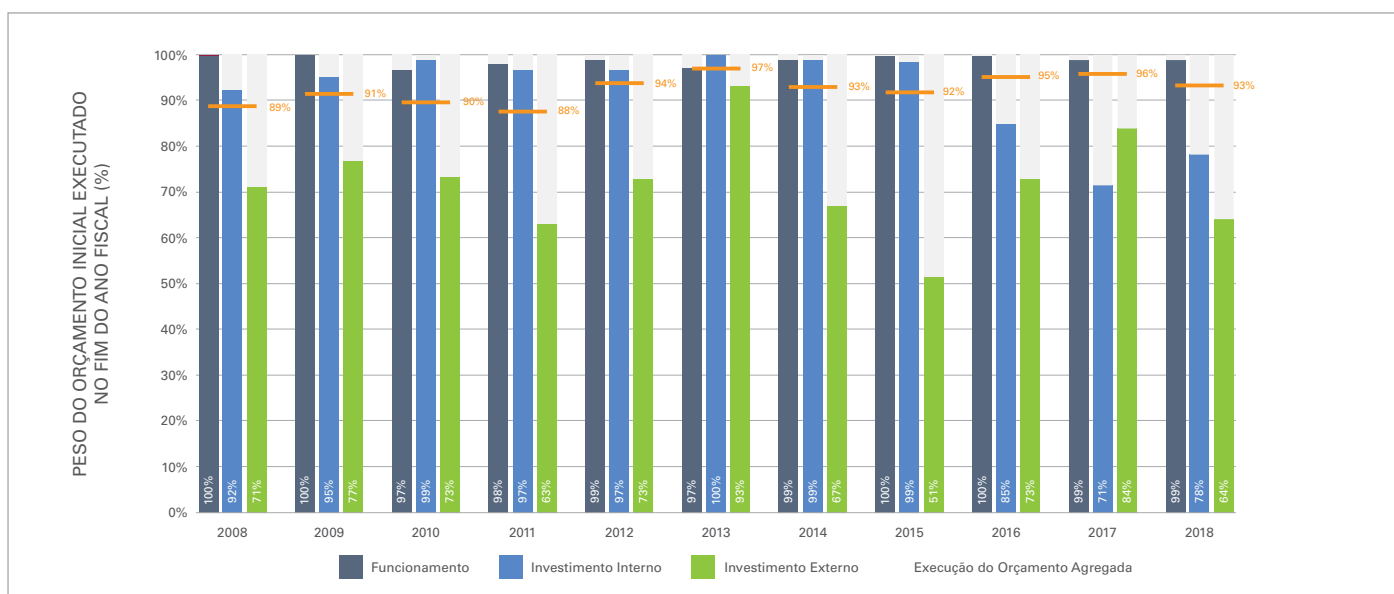
5. Qual foi o grau de execução dos orçamentos anteriores pelo Sector da Educação?

O grau de execução do orçamento do ano passado pelo Sector da Educação foi de 93 por cento, que equivale à execução média do sector (ver a Figura 10). Na última década, o Sector da Educação executou, em média, 92 por cento do seu orçamento. Este valor é superior às taxas médias de execução de outros sectores sociais, bem como à do total do Orçamento do Estado. Em parte, o elevado grau de execução dos orçamentos do Sector da Educação está relacionado com a predominância de salários e remunerações (ver o ponto 4.1.2), que são relativamente mais fáceis de gastar. Além disso, a execução

agregada do sector seria ainda maior se o financiamento externo fosse melhor executado. Na verdade, enquanto o financiamento interno foi executado em média a 95 por cento, o financiamento externo foi executado em média a 71 por cento entre 2008 e 2018. Em 2018, o investimento externo teve uma taxa de execução particularmente baixa de apenas 64 por cento, principalmente devido à execução muito baixa do financiamento externo dirigido à Universidade Lúrio (taxa de execução de 17 por cento), ao MINEDH (49 por cento) e ao MCTESP (58 por cento).

FIGURA 10

Recursos de Funcionamento versus de Investimento



Fonte: Cálculos do autor com base na CGE 2008-2017, REO IV 2018.

Nota: No momento em que este informe foi produzido, a conta de despesas públicas de 2018 ainda não estava disponível; com isso, é possível que a taxa de execução seja ligeiramente superior à apresentada.



6. Qual foi o Desempenho do Sector da Educação?

6.1 Realizações da Educação

As metas para a Educação definidas no Plano Económico e Social de 2018 foram cumpridas na íntegra. Não obstante, dadas as metas do PES programadas para 2019, alguns marcos do PQG poderão não ser atingidos no final deste ano (ver a Tabela 2).

O indicador mais preocupante é o rácio aluno-professor no ensino primário. Com efeito, enquanto o PQG estabeleceu a meta de reduzir o rácio para 57 em 2019, de uma linha de base de 62 em 2014, este rácio piorou ao longo dos anos e atingiu 64 em 2018. Isto significa que o número de alunos matriculados no ensino primário ultrapassou os aumentos registados nas contratações de professores¹⁹. Isto é preocupante porque embora não haja uma redução substancial no custo salarial, a qualidade dos contributos para a educação está a

6.2 Resultados da Educação

A maior execução do sector da Educação contribuiu para melhorar o ingresso escolar no ensino primário, mas não a aprendizagem e a conclusão. Os gastos do Governo direccionados para ao ensino primário em Moçambique têm levado mais alunos às salas de aula relativamente aos seus pares regionais e de renda; no entanto, os mesmos gastos fizeram pouco para manter os alunos na escola em níveis comparáveis aos dos seus pares.²⁰ De facto, embora Moçambique tenha atingido uma taxa de ingressos no ensino primário mais elevada e tenha melhorado a um ritmo mais acelerado do que nos PBR e ASS, está bem atrás dos seus pares nas taxas de conclusão e longe de atingir a conclusão primária universal. Ainda mais preocupante é a deterioração da taxa de conclusão do ensino primário nos últimos anos, juntamente com os fracos resultados de aprendizagem, o que sugere que a baixa eficiência do sector está a prejudicar o aproveitamento. De acordo com a segunda avaliação nacional dos alunos da 3ª classe,²¹ apenas 4,6% dos alunos desta classe alcançaram o nível III de conhecimento do alfabeto, considerado o nível necessário para os alunos deste grupo. No que diz respeito ao ensino secundário, tanto as taxas de ingresso como as de conclusão melhoraram ao longo do tempo a um ritmo mais célere do que as dos PBR e da ASS, mas ainda não atingiram esses níveis.

O absentismo e a fraca capacidade dos professores são dois grandes obstáculos à realização dos resultados da educação em Moçambique. O estudo dos Indicadores de Prestação de Serviços (SDI) para a Educação de Moçambique, do Banco Mundial (2015) reporta que em visitas não anunciadas às escolas, não estava presente uma média de 56 por cento dos estudantes; 45 por cento dos professores da escola não estavam presentes na sala de aula; e 44 por cento dos directores de escolas não estavam na escola. Ao testar os professores sobre o currículo escolar que eram responsáveis por ensinar, o estudo constatou que apenas 1 por cento dos professores tinha pontuação acima de 80 por cento e a pontuação média foi de apenas 29 por cento. Em comparação com outros seis países onde

piorar. Com efeito, no EP1, o aumento do número de alunos por turmas é inferior ao aumento do número de professores que ensinam dois turnos. Esta situação leva a menos tempo para preparar os materiais e as próprias aulas, mas a um aumento nos salários dos professores que ensinam mais do que um turno. Os dados do MINEDH mostram uma diminuição de professores com um turno entre 2017 e 2018 e um aumento de professores com 1,5 ou 2 turnos. Outros dois alvos principais do PES requerem priorização para atender substancialmente aos objectivos relacionados do PGQ de 2019: (i) contratação de professores primários; (ii) aquisição de carteiras escolares.



foi realizado o estudo SDI, os alunos moçambicanos apresentaram pontuações médias mais baixas em línguas, matemática, raciocínio não-verbal, tendo em conta o elevado nível de gastos do sector.

¹⁹ No Balanço do PES, explica-se que o rácio aluno-professor aumentou em consequência do extraordinário aumento de 6,9 por cento dos ingressos no ensino primário.

²⁰ Evidências empíricas de todo o mundo mostram que existe uma correlação positiva entre uma melhor execução e melhores taxas de ingresso, especialmente nos níveis mais baixos de execução e no pressuposto de que os recursos são gastos de forma eficaz.

²¹ MINEDH - INDE, Relatório da Segunda Avaliação Nacional da 3ª Classe, 2016.

TABELA 2 Education Sector outputs

Indicador de Resultados do PQG	Indicador de Produtos do PQG/PES		Linha de Base 2014	Objectivo 2019	Meta Actualizada 2018	Meta Inicial 2019	Resultado 2018	Total 2015 - 2018	Orçamento 2019
Número de novas escolas primárias		MINEDH	46 849	42 500	4 848	7 000	4 862	29 308	6 060
Rácio Alunos Professores no Primário		MINEDH	62.0	57.0	59.0	58.0	64.0	64	63
Taxa de ingressos no Primário (6)		MINEDH	81.5%	86.0%	85.0%	85.0%	93.1%	93.1%	93.5%
Nº de carteiras adquiridas		MINEDH	200 000	700 000	65 608	177 929	132 052	345 276	224 775
Número de bolsas de estudo		MINEDH	Indicador não consta na versão original do PQG 2015 - 2019		500		900	Dados insuficientes	500
Nº de instrutores de alfabetização contratados		MINEDH	Indicador não consta na versão original do PQG 2015 - 2019		10 421		9 840	Dados insuficientes	11 534
Nº de livros impressos e distribuídos		MINEDH	Indicador não consta na versão original do PQG 2015 - 2019		13 783 700		13 934 600	Dados insuficientes	14 345 000
	Nº de bolsas de pós-graduação	MCTESTP	Indicador não consta na versão original do	375	50	70	323	708	75
	Nº de bolsas de pós-graduação	MCTESTP	Indicador não consta na versão original do	993	100	180	146	723	75

Indicador de Resultados do PQG	Indicador de Produtos do PQG/PES	% de Realização da Meta de 2018	% de Realização da Meta de 2019 (fim de 2018, real)	% de Realização Prevista da Meta de 2019 (incl. metas programadas para 2019)
Número de novas escolas primárias		100%	69%	83%
Relação Professor-Professor na Primária		108%	-40%	-20%
Taxa de ingressos no Ensino Primário (6)		110%	258%	267%
Número de carteiras escolares adquiridas e		201%	49%	81%
Número de bolsas de estudo		180%	Dados insuficientes	Dados insuficientes
Nº de instrutores de alfabetização contratados		94%	Dados insuficientes	Dados insuficientes
Nº de livros impressos e distribuídos		101%	Dados insuficientes	Dados insuficientes
	Nº de bolsas de pós-graduação	646%	189%	209%
	Nº de bolsas de pós-graduação	146%	73%	80%

Fonte: Compilação do autor a partir do PES 2019, Balanço do PES 2015- 2018, e Balanço Intermédio do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

TABELA 3 Resultados do Sector da Educação

% de Realização da Meta de 2018							
Ingressos no ensino primário	2000	2005	2010	2017	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Mozambique	56%	73%	88%	88%		100%	
LIC	57%	70%	78%	80%			
SSA	61%	70%	75%	79%			
Conclusão do ensino primário	2000	2005	2010	2017	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Mozambique	16%	41%	57%	46%		100%	
LIC	46%	57%	65%	66%			
SSA	54%	62%	67%	69%			
Ingressos no ensino secundário	2000	2005	2010	2017	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Mozambique	3%	7%	15%	19%		100%	
LIC	21%	25%	32%	34%			
SSA	21%	25%	32%	35%			
Conclusão do ensino secundário	2000	2005	2010	2017	Tendência	Meta ODS (2030)	Progresso até à Data
Mozambique	4%	10%	20%	23%		100%	
LIC	23%	28%	36%	41%			
SSA	27%	33%	40%	43%			

Fonte: Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial: Taxa líquida de ingressos, ensino primário, ambos os sexos (%); Taxa líquida de ingressos, ensino secundário, ambos os sexos (%); Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária relevante); Taxa de conclusão do ensino secundário geral, total (% da faixa etária relevante); Rácio bruto de ingressos, ensino terciário (% líquido); Taxa de alfabetização de adultos, população de 15+ anos (%). Última actualização em Abril de 2019.

Nota: LIC e SSA são médias para todos os Países de Baixa Renda e Países da África Subsaariana, respectivamente.



GLOSSÁRIO DOS TERMOS ORÇAMENTAIS:

- Dotação Inicial:	A primeira dotação de fundos aprovada pelo Parlamento
- Dotação Rectificativa:	Uma dotação rectificativa de fundos aprovada pelo Parlamento
- Dotação Actualizada:	O total de fundos colocados à disposição de uma determinada instituição de ensino
- Despesa Realizada:	Fundos alocados gastos no investimento e custos correntes da educação
- Execução do Orçamento:	Percentagem de fundos alocados gastos do total da dotação.
- Valores Nominais; Correntes:	Números não corrigidos para efeitos de inflação
- Valores Reais; Constantes:	Números corrigidos para efeitos de inflação

ACRÓNIMOS:

- ASS:	África Subsaariana	- MT:	Metical Moçambicano (Moeda Local)
- AGO:	Apoio Geral ao Orçamento	- OE:	Orçamento do Estado
- CGE:	Conta Geral do Estado (Relatório Final do Orçamento)	- PBR:	País de Baixa Renda
- CUT:	Conta Única do Tesouro	- PdA	Plano de Actividades
- DPCT:	Delegação Provincial de Ciência e Tecnologia	- PEE:	Plano Estratégico da Educação
- DPEDH:	Direcção Provincial da Educação e Desenvolvimento Humano	- PES:	Plano Económico e Social
- ETP:	Ensino Técnico Profissional	- PIB:	Produto Interno Bruto
- FASE:	Fundo de Apoio ao Sector da Educação	- PPC:	Paridade do Poder de Compra
- LOE:	Lei do Orçamento do Estado	- PQG:	Plano Quinquenal do Governo
- MCTESTP:	Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional	- REO:	Relatório de Execução do Orçamento do Estado (Relatório de Actualização do Orçamento)
- MINEDH:	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano	- SDEJT:	Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia
- MEF:	Ministério da Economia e Finanças	- UEM:	Eduardo Mondlane Universidade
		- UGB:	Unidade de Gestão de Beneficiários
		- US\$:	Dólar Americano (Moeda)

Uma Iniciativa:



Em parceria com:

